

## MÚLTIPLAS VOZES, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

POR UMA GESTÃO COMPARTILHADA DO  
PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA AMAZÔNIA

Quando os primeiros europeus, no século XVI, viajaram da nascente à foz do rio Amazonas, descreveram territórios densamente povoados ao longo de suas margens: reinos que observaram por muitos quilômetros e que, lhes contaram, estendiam-se também terra adentro. Nos séculos seguintes, sob os efeitos das guerras, epidemias, escravização, migrações e fugas em massa, essas sociedades desapareceram sem deixar testemunhos escritos, dando lugar a vilas de mestiços, fazendas, missões religiosas e várias instituições da administração, defesa e economia coloniais. Os povos remanescentes que não foram levados para as missões religiosas refugiaram-se no interior, escapando para as cabeceiras dos afluentes do rio Amazonas, onde iriam compor com os povos lá existentes outras nações e outros territórios.

Consideradas pelos missionários, colonos e governantes selvagens desprovidas de moral e religião, as sociedades indígenas foram excluídas da história colonial. Nos documentos da época são mencionadas, não raro, como entrave aos empreendimentos coloniais, por oferecerem resistência à ocupação de seus territórios, sem que houvesse uma preocupação com o registro de sua história.

Não obstante, sabe-se que as sociedades nativas desenvolveram complexas instituições sociopolíticas e eram detentoras de um sofisticado conhecimento do ambiente tropical. Além da familiaridade com os hábitos da fauna e do aprendizado das propriedades nutritivas, medicinais e venenosas das espécies vegetais, as sociedades pré-coloniais aprenderam a agir de maneira ativa sobre as condições ecológicas por onde quer que se estabelecessem. Movendo quantidades impressionantes de terra para construir barragens, canais, caminhos e aterros, modificaram o meio ambiente segundo suas necessidades econômicas e culturais, contribuindo para a construção da presente paisagem amazônica.

Os vestígios dessas sociedades, que o genocídio e o crescimento acelerado da floresta tropical esconderam, só foram descobertos no final do século XIX, época em que, como parte da formação do sentido de nacionalidade, se passou a identificar e colecionar as antiguidades do território. A corrida aos sítios arqueológicos que se seguiu às primeiras descobertas fez com que o governo imperial proibisse que se retirassem “as antiguidades do Pará”, mas o presidente da província, Abel Graça, consentiu que

o naturalista Charles Hartt, em 1871, fizesse suas escavações no Marajó.<sup>1</sup> Em 1883, Ferreira Penna, diretor do Museu Paraense, tentou promover a criação de leis que protegessem os sítios arqueológicos, temendo por sua integridade, mas não obteve êxito.<sup>2</sup>

Durante as décadas seguintes, a herança arqueológica passou a ser revelada por meio de investigações pontuais e descobertas fortuitas de brasileiros e estrangeiros, que publicavam suas impressões em artigos voltados à comunidade científica. Incontáveis arqueólogos de fim de semana, entretanto, não deixaram depoimentos escritos e não se sabe para onde levaram os frutos de suas escavações.

Ao longo da primeira metade do século XX, numerosos sítios arqueológicos foram integralmente destruídos pelo saque à procura de antiguidades. A vinda do casal de americanos Betty Meggers e Clifford Evans, em 1948, para estudar a ocupação antiga no estuário amazônico, marcou o início de uma nova fase de pesquisas, não mais centradas no objeto arqueológico em si, mas no registro e estudo de um grande número de sítios arqueológicos. No entanto, uma vez que as pesquisas estavam apenas começando, não havia uma política preservacionista. Como consequência, à medida que a comunidade científica começava a descobrir o passado, os objetos arqueológicos adquiriam ainda maior valor de mercado. Nesse contexto, a Lei de Arqueologia nº 3.924 de 1961, contraditoriamente, foi recebida pelos caçadores de tesouros como um alerta

de que deveriam agir com rapidez ainda maior antes que a repressão se concretizasse. Até hoje, apesar da existência de legislação específica, a destruição de sítios e o tráfico de bens arqueológicos não são punidos, e o enriquecimento que provocam serve como estímulo para a continuidade dessas práticas.

Infelizmente, essa situação faz parte de um contexto internacional de mercantilização de objetos culturais que, de forma paradoxal, é originada pela própria valoração imputada por antropólogos, arqueólogos e historiadores aos objetos produzidos e utilizados por populações do passado. Em vários países, soluções criativas e efetivas foram pensadas e postas em prática com o objetivo de proteger a herança arqueológica, conseguindo diminuir significativamente o tráfico de material arqueológico.<sup>3</sup> A experiência mostra ser mais efetivo atacar-se em duas frentes concomitantes: por um lado, reprimindo as atividades ilegais, punindo os culpados de maneira exemplar, e, por outro, dividindo com a sociedade a responsabilidade pelo gerenciamento do patrimônio, ao convidá-la a apropriar-se de maneira construtiva dos bens culturais, preservando a memória também através da conservação da integridade dos sítios arqueológicos. Para que estratégias semelhantes possam ser aplicadas na Amazônia, no entanto, é preciso inicialmente entender as particularidades do problema na região, para que possamos pensar, propor e pôr em prática políticas públicas adequadas a essa realidade. É isso que este artigo se propõe a fazer.

## CONCEITOS

### O QUE É PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

“O termo ‘herança’ [cultural] é perigoso: é um daqueles que a maioria das pessoas pensa que entende, mas raramente se dá ao trabalho de definir”.<sup>4</sup>

O patrimônio, ou herança, arqueológico faz parte do conjunto de bens culturais produzidos pelos seres humanos e que são, em determinado momento histórico, considerados significativos, e cuja preservação e proteção são reivindicadas, pelo menos por parte da sociedade, como relevantes. Fazem parte do patrimônio arqueológico os vestígios materiais que restaram das atividades humanas, assim como as modificações na paisagem realizadas por seres humanos em determinado local ou região. Fazem parte ainda do patrimônio arqueológico vestígios da presença humana e objetos mesmo que tenham sido removidos do local de origem.

Ainda que a arqueologia hoje se ocupe também das sociedades contemporâneas, em geral a sociedade atribui um valor maior aos vestígios arqueológicos em função de sua antiguidade, o que demonstra claramente

que existe uma dimensão histórica e social do conceito de patrimônio arqueológico e que o mesmo não possui um valor intrínseco. Nesse sentido, ações públicas de preservação e proteção dependem necessariamente da atribuição de valor cultural a determinado objeto, feição ou lugar, atribuição essa que é geralmente feita pelo arqueólogo ou pelos gestores do patrimônio e que carrega uma forte carga de subjetividade. As políticas públicas de preservação, portanto, serão tanto mais efetivas quanto maior for o conjunto de subjetividades – um grupo, uma comunidade, uma cidade, um país – a atribuir valor ao bem a ser protegido.

### SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Definido patrimônio arqueológico e admitidas suas implicações históricas, sociais e políticas, precisamos nos deter também sobre o conceito de sítio arqueológico, termo que faz parte do cotidiano dos arqueólogos, mas sobre o qual pouco se reflete. Em geral, os arqueólogos entendem que o sítio arqueológico é um local onde se encontram vestígios arqueológicos (especialmente artefatos), local esse que



*Pichações sobre patrimônio da época colonial, sítio de Joanes  
Foto: João Ramid*

pode ser facilmente delimitado pela identificação da área de dispersão dos mesmos vestígios. Na verdade, comumente considera-se "sítio" principalmente a área da antiga aldeia, os limites das estruturas construídas, as rochas com pinturas e inscrições etc., mas não os caminhos, a área de cultivo, a área de pesca, ou seja, todo o entorno que, no passado, fazia parte do território ocupado. A delimitação do sítio, então, se baseia na subjetividade do arqueólogo que, mesmo antes de iniciar o estudo sobre a ocupação pretérita da área, define, de maneira arbitrária, os limites de tal ocupação.<sup>5</sup> Essa noção por vezes equivocada de sítio arqueológico tem implicações nefastas sobre a preservação do patrimônio arqueológico, especialmente quando se trata de indicar que áreas devem ser preservadas e que áreas podem ser destruídas por empreendimentos de alto impacto negativo como hidrelétricas, linhas de transmissão de energia elétrica, mineradoras, entre outras.

## O T A M A N H O D O P R O B L E M A

### O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA AMAZÔNIA

A Amazônia como área caracterizada pela presença de floresta tropical úmida estende-se por oito países da América do Sul, mas 60% de sua área, ou seja, 3,7 milhões de quilômetros quadrados estão em território brasileiro. A chamada Amazônia Legal, entretanto, compreende também

ecossistemas de transição, como o cerrado, ao sul, e a área de campos, ao norte (nos Estados do Pará, Amapá e Roraima), englobando nove Estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, oeste do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Todos esses Estados juntos perfazem cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados ou dois terços do território nacional. Neste trabalho nos ocuparemos principalmente da área de distribuição da floresta tropical e campos que apresentam problemas semelhantes ao gerenciamento do patrimônio por causa das dificuldades de transporte e comunicação, carência de recursos humanos especializados, além da grande desigualdade social, provocada pela má distribuição de terras e renda.

A Amazônia foi inicialmente colonizada por grupos de caçadores-coletores não-especializados, 11.000 anos atrás.<sup>6</sup> Ao longo dos milênios seguintes, outros grupos humanos adentraram a região, ocupando gradativamente os diversos ecossistemas e explorando os recursos naturais de forma criativa, sempre imprimindo sua marca na paisagem, através da modificação de cursos de rios, escavação de lagos e diques, construção de gigantescas estruturas de terra e/ou conchas, realização de pinturas e gravuras na rocha, incremento da biodiversidade vegetal com o manejo e o cultivo de novas espécies e criação de terras férteis. Além disso, deixaram também os resíduos de suas habitações e vida doméstica e social, práticas religiosas, indústrias de artefatos e redes de trocas.

Para que se compreenda a diversidade e as especificidades dos sítios arqueológicos

na Amazônia, vamos agrupá-los tipologicamente, levando em conta suas características físicas e os tipos de vestígios encontrados. O leitor vai notar que não são categorias mutuamente excludentes e que um sítio pode pertencer a uma ou mais categorias. A seguir relacionamos esses tipos de sítios, indicando também quais fatores ameaçam sua integridade.

#### *Registros rupestres*

O termo registro ou arte rupestre se refere às marcas deixadas por grupos humanos sobre a rocha, sejam inscrições ou gravuras sobre blocos ao longo de rios, sejam pinturas sobre paredões rochosos, grutas e abrigos. Esses registros foram feitos por pessoas que viviam, mesmo que por curtos períodos, nas imediações, razão pela qual não podem ser consideradas manifestações isoladas, mas parte de um conjunto maior composto também por locais de habitação e trabalho. Nesses casos, fica difícil “delimitar” a extensão do sítio sem uma pesquisa mais intensiva no entorno. São sítios facilmente identificáveis pela população leiga, que nem sempre se dá conta, no entanto, da antiguidade dos registros. Ocorrem sítios com arte rupestre em todos os Estados da

Amazônia Legal. Nesse tipo de sítio o maior fator de risco é sua exposição a céu aberto e a facilidade de acesso, estando por isso sujeitos a pichações e inscrições feitas por visitantes. Em geral, são locais com natureza exuberante, sendo por isso propensos à exploração turística, o que aumenta os riscos quando inexistente uma infra-estrutura adequada para receber o turista.<sup>7</sup> Quanto às datações dos registros rupestres, os poucos dados existentes sugerem que tenham sido feitos entre 11.000 e 3.000 AP.<sup>8</sup>

#### *Sambaquis*

São sítios formados principalmente pelo acúmulo de conchas de moluscos consumidos por populações que baseavam sua subsistência em uma grande variedade de recursos aquáticos, vivendo, portanto, próximas a enseadas, lagos, igarapés e furos, tanto no litoral quanto no estuário amazônico e suas ilhas. Muitos desses sítios foram totalmente destruídos no final do século XIX e começos do século XX pela retirada de material para indústrias de cal. São sítios extremamente importantes, pois são testemunhos das primeiras populações que viveram de forma sedentária na Amazônia e que conseguiram crescer



*Sambaqui na baía de Melgaço, arquipélago de Marajó*  
Foto: Nigel Smith

*Pichações sobre pinturas rupestres no sítio Pedra do Pilão, Monte Alegre*  
Foto: Edithe Pereira

demográfica e culturalmente graças à oferta abundante de alimentos nesses ambientes lacustres, marítimos e ribeirinhos. Além disso, por causa do alto teor de cálcio nas conchas, remanescentes humanos e resíduos da fauna consumida são encontrados bem preservados nesses locais, o que não ocorre com frequência em outros sítios amazônicos. Como se trata de ocupações antigas (entre 2 e 8 mil anos AP),<sup>9</sup> seu estudo é extremamente importante, entre outras coisas, para que se conheça a variabilidade genética da população que deu origem aos povos atuais da região e se entenda melhor a história das mudanças geológicas, geográficas e climáticas na costa Amazônica. O maior risco de destruição dos sítios remanescentes ocorre por conta dos empreendimentos urbanos nas cidades litorâneas do Pará e do Maranhão, e a retirada de vasilhas e urnas funerárias por moradores das proximidades ou visitantes, nos sítios localizados no litoral e nas ilhas do estuário.

#### *Sítios cemitérios ou cerimoniais*

São sítios onde existem vasos de cerâmica que foram utilizados pelas populações nativas para colocar os restos mortais de indivíduos de prestígio na sociedade. Em sua maioria,

são sítios que contêm também vestígios habitacionais, uma vez que as práticas funerárias consistiam geralmente em conservar a urna funerária no interior da casa. Pela importância desses mortos ilustres, os vasos utilizados eram decorados de maneira especial, com riqueza de recursos plásticos e pictóricos, e acompanhados por outros objetos feitos de cerâmica e rocha. Por causa de sua estética exótica, esses objetos são muito desejados por caçadores de tesouros e traficantes de antiguidades. Tendo em vista o seu tamanho (os maiores podem chegar a um metro de altura), muitos moradores ribeirinhos buscam esses grandes vasos para armazenar água ou farinha de mandioca em suas casas. Existem sítios desse tipo por toda a Amazônia, mas os mais visados pelos caçadores de antiguidades são os tesos da ilha de Marajó, as cavernas da região do rio Maracá, no Amapá, os sítios de terra preta da várzea amazônica (em alguns desses locais hoje se localizam cidades, como é o caso de Manacapuru, Óbidos, Faro, Juruti e Manaus), sítios de grupos Arawak nas ilhas da foz do Amazonas (entre elas Caviana e Mexiana ao norte do arquipélago de Marajó, onde as urnas são deixadas sobre



*Em sítios como a Gruta das Caretas, Amapá, urnas funerárias são encontradas sobre a superfície, facilitando o saque*

*Foto: Januári Simões*

o solo), entre outros. A retirada de urnas funerárias nesses locais geralmente conta com a convivência do proprietário do terreno, se não é ele próprio quem o faz.

#### *Sítios de terra preta*

São sítios localizados ao longo de rios e às margens de lagos e que possuem uma terra de coloração escura, muito fértil, onde se encontram fragmentos de antigos utensílios de cerâmica e rocha, resultantes de ocupação densa e prolongada. Esses sítios variam muito em extensão e profundidade, mas podem alcançar até 90 hectares, com profundidades que atingem, em alguns pontos, 1,5 m.<sup>10</sup> Alguns desses sítios podem datar em até 4.800 anos, de acordo com pesquisas no sudeste da Amazônia,<sup>11</sup> mas sítios investigados recentemente na área de Manaus mostram datas que vão de 500 a 2.500 anos atrás.<sup>12</sup> Uma vez que são locais altos e geralmente protegidos de inundações, são procurados pelas populações ribeirinhas para moradia e cultivo. O impacto a que estão sujeitos é invariável no caso das habitações: as camadas superiores do solo são removidas com a derrubada da vegetação e colocação de esteios para a construção das casas

suspensas. Com o tempo, o solo sofre um processo de lixiviação que leva à total remoção da camada arqueológica. No caso em que são utilizados para plantio, a perda é menor, pois apesar de as camadas superiores serem revolvidas, ainda podem ser estudados.<sup>13</sup> Além disso, em sítios muito profundos não há o comprometimento de toda a extensão vertical da camada arqueológica. Em alguns desses sítios aparecem também bordas de vasilhas enterradas, que vão sendo descobertas e retiradas pelos moradores. Em terrenos onde é grande a ocorrência de cerâmica arqueológica, especialmente aquelas relacionadas com a tradição Inciso-Ponteadada (sítios localizados ao longo dos rios Tapajós, Nhamundá e Trombetas, e no rio Amazonas entre as cidades de Santarém e Juruti), há uma procura muito grande pelas “caretas” – apêndices de vasilhas fragmentadas, geralmente na forma de cabeças de animais –, vendidas por comerciantes em Santarém.

#### *Sítios monumentais*

São sítios que se caracterizam por obras de terra de tamanho monumental, que podem vir a ser confundidos como naturais e não



*Agências de viagens levam turistas para conhecer sítios arqueológicos no Marajó*  
Foto: Denise Schaan

*Urnas funerárias são encontradas nos barrancos do rio, Afuá, ilha de Marajó*  
Foto: Maurício Paiva

serem reconhecidos como obras de sociedades nativas, pois acabam se integrando à paisagem ou sendo encobertos por vegetação. É o caso dos geoglifos do Acre, estruturas de terra de formato geométrico formadas por um conjunto de trincheiras e muros, com até 300 metros de diâmetro, cuja função ainda é desconhecida dos arqueólogos. A maior parte desses sítios foi descoberta a partir de sobrevôos e graças à supressão da vegetação original para a criação de gado.<sup>14</sup> São também sítios monumentais as estradas, estruturas defensivas e barragens encontradas no alto Xingu;<sup>15</sup> os tesos, barragens e escavações de lagos na ilha de Marajó;<sup>16</sup> os alinhamentos de pedras na região de Calçoene, no Amapá,<sup>17</sup> entre outros. Sítios desse tipo são freqüentemente destruídos pelo reaproveitamento da terra ou rochas para novas construções.

#### *Sítios coloniais e de contato*

São sítios existentes em todos os municípios mais antigos e caracterizam-se por apresentarem estruturas remanescentes de construções do período colonial, algumas delas erigidas sobre aldeias indígenas. São as igrejas, missões, os

fortes, os engenhos de açúcar, as olarias, fazendas e casas que, construídas entre os séculos XVI e XVIII principalmente, guardam informações desse período importante do contato nada pacífico dos europeus com as sociedades nativas. Além das edificações de pedra, revelam já na superfície louças e metais, além de cerâmica indígena de diferentes épocas. A maioria desses primeiros povoados hoje se encontra em meio urbano ou próximo a cidades, sujeitos a todo o tipo de ameaça. Alguns ainda podem ser achados em áreas desabitadas e às vezes cobertas por mato, como é o caso das ruínas da cidade de Nova Mazagão, uma cidade portuguesa do Marrocos transplantada para o Amapá há 334 anos, e pesquisada recentemente pelo arqueólogo Marcos Albuquerque por solicitação do Iphan. Nas diversas capitais amazônicas, revitalizações de construções do período colonial têm sido acompanhadas por escavações arqueológicas. São sítios considerados parte do patrimônio histórico e, por representarem a história das elites, são geralmente alvo de maior atenção por parte do poder público.<sup>18</sup>



*Marco da Hidrovia Araguaia Tocantins foi colocado sobre rochas com gravuras em 1998. Depois de denúncias, foi retirado.*

*Foto: Noé van Atzingen*

### *Sítios submersos*

Muitos dos sítios submersos na Amazônia em algum momento já estiveram em superfície e sua condição presente se deve a alterações ocorridas nos níveis das águas de rios e oceano Atlântico, ou por fatores antrópicos, como a inundação de grandes áreas por causa do represamento de rios para a constru o de hidrelétricas. Nesse sentido poderiam ser enquadrados em outros tipos acima, como é o caso dos sambaquis submersos (costa Atlântica Amazônica), das gravuras sobre rochas submersas (rio Trombetas), dos sítios de terra preta inundados pela hidrelétrica de Itaipu, entre outros.

Em 2005 foi descoberto por um mergulhador um sítio submerso da cultura marajoara no porto da cidade de Anajás, centro da ilha de Marajó. Tão logo o material arqueológico foi descoberto, jovens passaram a mergulhar, retirar as peças e vendê-las. Esses sítios, portanto, estão sujeitos aos mesmos tipos de vandalismo, com o agravante de que nem sempre são reconhecidos como sítios arqueológicos, devido às contradi es existentes na legisla o brasileira sobre o assunto.<sup>19</sup>

Há o caso ainda de navios naufragados, que passam a formar um sítio arqueológico

a partir de sua submersão e posi o no fundo do mar ou ba as. Por ser um tipo de “achado fechado”, ou seja, resultado de um determinado momento histórico de deposi o e contendo uma quantidade enorme de informa es, são considerados extremamente importantes pelos arqueólogos.<sup>20</sup>

### *Sítios de pouca visibilidade*

São sítios formados por vestígios de acampamentos ou assentamentos de curta dura o, em cavernas ou a céu aberto, com poucos vestígios visíveis. Esses sítios podem vir a ser destruídos mesmo antes que sejam reconhecidos como tal.

Os oito tipos de sítios descritos, em suas especificidades, podem ajudar a pensar estratégias a serem adotadas para a prote o do patrimônio arqueológico. Independentemente do tipo, os sítios podem ainda encontrar-se em propriedade privada ou pública, em áreas remotas ou perto de cidades, em áreas indígenas ou em territórios quilombolas, e a proximidade ou não de pessoas e sua rela o com o território onde o sítio está localizado deverá ser considerada para que se planejem a es de sensibiliza o das comunidades para que participem do gerenciamento desses bens culturais.



*No Acre, os sítios do tipo geoglifos são cortados por estradas  
Foto: Sérgio Vale*

Segundo dados do Iphan, há hoje cerca de 2.600 sítios arqueológicos registrados nos nove Estados da Amazônia Legal, sendo o maior número registrado no Pará (855 sítios).

## OS CAÇADORES DE TESOUROS: OBJETOS ARQUEOLÓGICOS COMO MERCADORIAS

Infelizmente, o colecionismo que acompanhou a criação de museus de ciência e antropologia no século XIX trouxe consigo a valoração capitalista de objetos com “conteúdo histórico e cultural” (que colocamos entre aspas para lembrar que essa apropriação ocidental do exótico e antigo nada tem de universal).<sup>21</sup> Ao contrário, o colecionismo que emerge com a Revolução Industrial tem caráter individualista, visa à acumulação, à construção de uma identidade – individual ou coletiva – baseada nas posses, ainda que essas assumam, por vezes, o caráter de arte ou cultura.

Segundo a legislação brasileira, a propriedade privada da terra não dá ao titular o direito à exploração e alienação dos bens arqueológicos, o que a grande maioria da população desconhece. Na maior parte dos casos, quem saqueia o sítio é o próprio proprietário do terreno e seus empregados, sendo a impunidade aos saqueadores o maior incentivo ao tráfico de material arqueológico. Além de os sítios se localizarem em áreas de propriedade privada, essas são também áreas remotas, o que dificulta a ação de fiscalização. Além disso, não há incentivo e

proteção para informantes, o que inibe a delação dessas práticas.

No Estado do Pará, a pilhagem a sítios das culturas marajoara (400-1300 d.C.) e tapajônica (900-1600 d.C.) tem uma longa história. Na ilha de Marajó, com a crise da pecuária a partir da década de 1960, intensificou-se ainda mais a retirada de material arqueológico dos sítios, alguns dos quais foram reduzidos a amontoados de cacos. No maior teso do sítio Camutins (com 12 metros de altura), depois de perceber que as urnas funerárias se encontravam agrupadas em determinados locais, o fazendeiro passou a usar uma retroescavadeira, que só parava quando se ouvia o quebrar das primeiras cerâmicas.

Os que se enriqueceram às custas da destruição dos sítios arqueológicos venderam grandes coleções para a Europa, Estados Unidos e mesmo no Brasil. Aqui, coleções vendidas para museus aparecem como “doação”, apesar de terem envolvido transações milionárias, como foi o caso da compra de algumas coleções de cerâmica amazônica pelo Instituto Cultural Banco Santos – ICBS, há poucos anos. Há casos assim também no exterior. Em outubro de 2005, o curador de antropologia do Museu de Ciências Naturais de Houston foi procurado por um negociante de arte de Santa Fé, Novo México, que ofereceu ao museu cerca de 500 peças de cerâmica amazônica (a maior parte delas proveniente do Marajó), que estariam na Suíça. Não se sabe se o negócio se concretizou. Esses dois exemplos mostram que o mercado de objetos arqueológicos da Amazônia vai muito bem, obrigado, tanto no Brasil como no exterior.

Na região de Santarém, no baixo Amazonas, a procura por cerâmica, lâminas de machado e “muiraquitãs”, um adorno de pedra verde (nefrita, jadeíta ou amazonita, em sua maioria) na forma de batráquio, também é intensa. Em 17 de outubro de 2005, a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria em que denunciava claramente o tráfico de objetos arqueológicos:

*É fácil comprar relíquias arqueológicas em Santarém, cidade construída sobre o maior sítio pré-histórico da Amazônia. Tudo o que você tem de fazer é ir até as maiores lojas de artesanato da cidade. Se pedir com jeito, o dono da loja o conduzirá até os fundos e abrirá uma caixa de papelão repleta de fragmentos de cerâmica da cultura tapajônica, que habitou a região do século XI ao XVI. Os preços variam de R\$ 40 a R\$ 150, dependendo do estado da peça. A prática é proibida por lei.*<sup>22</sup>

Apesar de citar na matéria os nomes da loja e do proprietário, ao invés de inibir o comércio, a publicidade foi extremamente vantajosa, a ponto de o comerciante ter comentado a um turista que (...) “as vendas aumentaram muito desde a publicação na *Folha de S. Paulo*; só quem não aparece aqui é a Polícia Federal”.

## OS BENS ARQUEOLÓGICOS E OS PODERES CONSTITUÍDOS

Uma vez que a legislação brasileira é bastante protecionista no que tange ao patrimônio arqueológico, seria de se esperar que pelo menos os poderes constituídos –

legisladores e governos municipais, estaduais e federal – conhecessem e fizessem cumprir leis, decretos, portarias e normas. No entanto, não é o que acontece. Há muitos exemplos de destruição – intencional ou não – de sítios arqueológicos por parte dos poderes constituídos na Amazônia, dos quais cito:

1. o uso de terra preta retirada de sítios arqueológicos (juntamente com cerâmica e objetos líticos) para preencher canteiros em vias públicas, o que observamos em Altamira (PA);<sup>23</sup>

2. a destruição de sítios arqueológicos por linhas de transmissão de energia elétrica construídas por empresa estatal;<sup>24</sup>

3. estradas federais cortando sítios arqueológicos, como observado no caso dos geoglifos do Acre;<sup>25</sup>

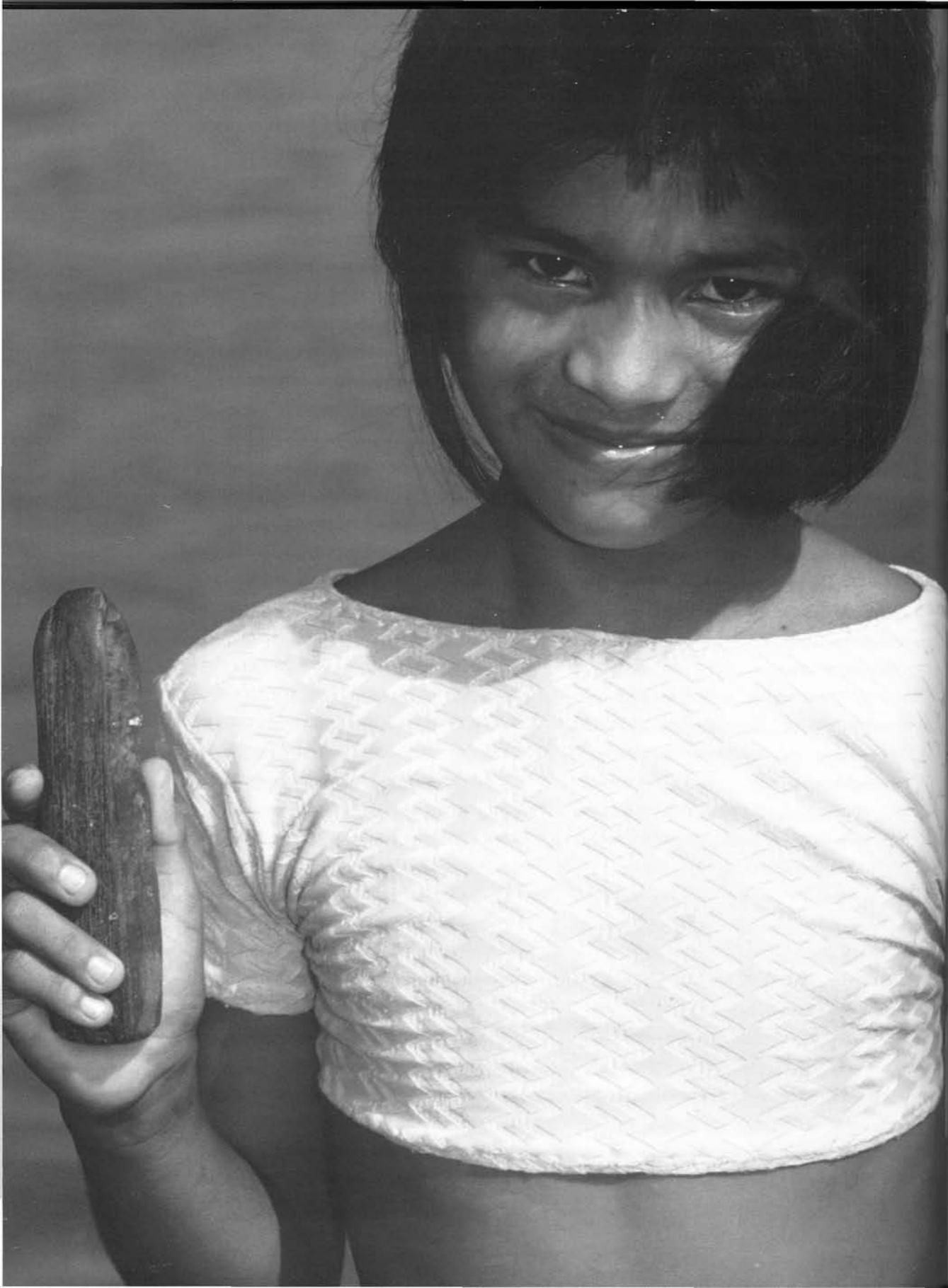
4. uso de terra e cascalho retirados de sítio arqueológico para pavimentação de estrada, como aconteceu na construção da PA-154, no Marajó, destruindo um raro sítio da fase Ananatuba;

5. construção de praça, com banheiros, sobre sítio arqueológico, com verba da Câmara Federal, acontecido em Joanes, ilha de Marajó, em 2004;<sup>26</sup>

6. vandalismo em sítios de arte rupestre dentro de parques estaduais e áreas de proteção ambiental, como consequência da propaganda turística de agências estatais;<sup>27</sup>

7. colocação de marco da hidrovia Araguaia-Tocatins sobre um conjunto de rochas com gravuras na ilha dos Martírios, Estado do Tocantins, e propaganda eleitoral sobre paredões de rochas com arte rupestre.<sup>28</sup>

Além disso, prevê-se que o turismo arqueológico será, nos próximos anos, uma



das maiores causas da destruição do patrimônio arqueológico, caso não sejam tomadas providências a respeito. Antes de ser precedida pelo estudo e musealização dos sítios arqueológicos, a visita aos sítios arqueológicos é anunciada por órgãos públicos (Paratur e prefeituras no Pará) e realizada sem que nenhum tipo de sinalização, interpretação e controle de visitantes tenham sido feitos para receber o turista e proteger o sítio. As conseqüências de tais empreendimentos já se fazem sentir nas pichações e lixo deixados nos sítios e a coleta de fragmentos de cerâmica que são levados como lembrança por visitantes.

## COMUNIDADES RIBEIRINHAS E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Os problemas relacionados à preservação de sítios arqueológicos em áreas habitadas e/ou pertencentes a comunidades indígenas, negras ou caboclas não são os mesmos verificados nas cidades ou áreas de fazendas, e possuem suas especificidades.

As comunidades ribeirinhas possuem uma relação direta com o patrimônio arqueológico, pois muitas delas moram sobre sítios arqueológicos de terra preta ou tesos (locais elevados em áreas de várzea ou campo). Nesses locais, fatores de depredação são as construções de casas e a retirada de vasos de cerâmica arqueológica para uso doméstico. Um fator ainda mais grave pode vir a ser o comércio dos objetos arqueológicos a partir de sua descoberta

fortuita pelos moradores locais, que passam a ser procurados e remunerados por comerciantes para escavarem e retirarem as peças. Como essas comunidades são extremamente pobres, o comércio desses objetos torna-se muito vantajoso. Aqui se deve ter o bom senso de não impedir que as pessoas morem sobre os sítios arqueológicos, mas garantir que não haja retirada intencional de material arqueológico.

## COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS DA AMAZÔNIA

Pouca gente sabe, mas no interior da Amazônia existem comunidades formadas por populações remanescentes de quilombos. São descendentes de escravos que, durante o século XIX, fugiram de Belém e das fazendas na região de Santarém e Óbidos, embrenhando-se na floresta e subindo o curso dos rios. Hoje vivem de uma economia de subsistência semelhante à do caboclo ribeirinho. A Constituição de 1988 garantiu a essas populações a titularidade de suas terras e muitas estão em processo de solicitar a propriedade definitiva dos locais onde moram. Segundo estimativas da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), existem cerca de mil comunidades quilombolas na Amazônia, sendo 535 no Maranhão e 335 no Pará.<sup>29</sup> Ainda não existem estudos arqueológicos sobre os sítios de quilombos na Amazônia, mas não é raro que comunidades atuais vivam sobre sítios indígenas. Um exemplo é a comunidade de Boa Vista, localizada na margem direita do rio

Trombetas, ocupando uma área de 1.125 hectares, onde vivem 112 famílias.

Os quilombos dos quais se originaram localizavam-se nas cabeceiras dos rios Erepecuru e Trombetas, e em algum momento vieram a habitar o médio/alto rio Trombetas. Lá se estabeleceram sobre sítios arqueológicos da tradição inciso-ponteadas (datados aproximadamente entre 1.000 e 1.500 d.C.).

Dada a atividade mineradora na área, foi realizado salvamento arqueológico de alguns desses sítios, acompanhado por programa de educação patrimonial visando à proteção do patrimônio arqueológico indígena. Uma das estratégias do programa foi ensinar e estimular a produção de cerâmica indígena, tanto para divulgação da cultura arqueológica (as formas e decorações são baseadas na cerâmica encontrada nos sítios arqueológicos) como para ensinar um ofício que pudesse se transformar em fonte alternativa de renda para as comunidades. Em nenhum dos locais havia uma tradição de produção cerâmica, mas, nas comunidades, a tecnologia cerâmica ensinada por um instrutor de fora passou a ser entendida como uma “prática quilombola”,<sup>30</sup> apesar de não existir produção cerâmica anterior ao projeto em nenhuma das comunidades afrodescendentes.<sup>31</sup> Atualmente, outras áreas habitadas por populações de descendentes de quilombolas passam a ser demarcadas e começa a surgir a necessidade de que seja realizado um levantamento dos sítios de quilombos e pensada uma estratégia adequada para trabalhar educação patrimonial com essas populações, estejam elas assentadas sobre sítios arqueológicos indígenas ou de quilombolas.

## COMUNIDADES INDÍGENAS E A HERANÇA ARQUEOLÓGICA

Pesquisas arqueológicas realizadas em terras indígenas têm envolvido principalmente a etnoarqueologia, que comporta, entre outras coisas, o levantamento de histórias orais e o respeito pelo ponto de vista nativo. Até agora, as relações entre arqueólogos e comunidades indígenas na Amazônia não têm gerado conflitos, mas, à medida que se expande a pesquisa na região, os arqueólogos precisam estar preparados para lidar com uma série de situações que podem surgir. Um exemplo concreto é o acontecido no centro de Manaus, em 2003, quando operários da Prefeitura que trabalhavam em uma obra hidráulica se depararam com urnas funerárias. A descoberta resultou na escavação de cerca de 270 urnas, enterradas há cerca de 1.000 anos. O salvamento, coordenado pelo arqueólogo Eduardo Neves, da USP, teve de ser precedido de um ritual realizado por índios da Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Segundo o índio maiuruna Genival de Oliveira, que concedeu entrevista à *Folha de S. Paulo*, (...) “o terreno onde estão as urnas é sagrado. Daí a necessidade da pajelança, faz parte da nossa cultura”.<sup>32</sup>

Obras como hidrelétricas, estradas e mineração também acabam impactando sítios arqueológicos e áreas indígenas. Um exemplo que ilustra bem a problemática apresentada no início deste trabalho quanto

aos “limites” de sítios arqueológicos é o caso da reivindicação, por parte das comunidades indígenas do Parque do Xingu, sobre uma área a ser inundada pela construção da pequena central hidrelétrica (PCH) Paranatinga II, no alto rio Culuene, em Mato Grosso. Apesar da área localizar-se fora dos limites do parque, é considerada local sagrado pelos índios, que a identificam como o local de origem do Kuarup, seu importante ritual funerário.<sup>33</sup>

Em pesquisa realizada entre os asurini do Xingu, a arqueóloga e antropóloga Fabíola Silva, da USP, relata que os índios integram os vestígios arqueológicos à sua realidade interpretando-os como “testemunhos da existência e presença de seus ancestrais míticos”.<sup>34</sup> A autora chama a atenção para a multivocalidade na reconstrução do passado e a necessidade de que arqueólogos passem a se posicionar científica, ética e politicamente quanto às questões de delimitação de territórios indígenas e preservação de sítios arqueológicos.

Por motivos históricos e culturais as comunidades tradicionais possuem uma relação mais integrada e sustentável com o meio circundante e por extensão com o patrimônio arqueológico. Em condições normais, especialmente por sua baixa densidade populacional, suas atividades dificilmente seriam fator de destruição em larga escala. Além disso, é nessas comunidades que os arqueólogos e o Iphan podem encontrar apoio para a proteção dos sítios arqueológicos, desde que sua autonomia e sua capacidade de tomarem decisões sobre questões que concernem à reconstrução de sua história e preservação

de sua memória sejam respeitadas. Projetos de arqueologia pública podem ser bastante eficientes nesse sentido.

## E D U C A Ç Ã O P A T R I M O N I A L

*Acreditamos que ao arqueólogo cabe a reflexão sobre o uso educacional do conhecimento que produz; delegar essa tarefa a outros significa abrir mão de propiciar às novas gerações o contato insubstituível com o universo da investigação, da criação e da crítica.*<sup>35</sup>

Programas de educação patrimonial diretamente vinculados a projetos de arqueologia, ou tendo como objetivo a proteção e preservação de sítios arqueológicos na Amazônia, são relativamente recentes e surgiram principalmente como exigência da Portaria nº 230 do Iphan, de 17/12/2002. Antes disso, a educação patrimonial era realizada em museus e restrita a sítios e monumentos do período colonial.

Dentre os programas de educação patrimonial em projetos de arqueologia de contrato já realizados ou em andamento, observa-se a falta de uma orientação e participação maior dos arqueólogos, que deixam tanto os encontros com o público-alvo quanto a produção do material didático nas mãos de educadores com pouca ou nenhuma experiência em arqueologia.<sup>36</sup> O resultado é uma abordagem superficial e conceitualmente deficiente sobre o que é arqueologia – retratada como a disciplina que estuda objetos do passado, não as sociedades que os produziram. Além disso, reproduz-se a idéia popular de que a

arqueologia ocupa-se somente do estudo de coisas antigas, perdendo-se a oportunidade de mostrar que todos produzimos registros arqueológicos, levando as pessoas a compreender melhor, através da observação cotidiana, os processos que atuam sobre os vestígios de nosso próprio comportamento.

A metodologia de trabalho utilizada por esses educadores patrimoniais é a da arte-educação, voltada para a valorização de uma cultura material já reconhecida como relevante, enquanto seria mais interessante explorar as possibilidades do método científico, levando crianças e adultos a investigar e produzir seu próprio conhecimento sobre o mundo.<sup>37</sup> A relação que se estabelece entre público, arqueólogo e sítio arqueológico é mínima, limitando-se a uma visita rápida e ocasional ao sítio. O passado é mostrado como unívoco e harmônico, sem conflitos, e sua reconstrução cabe apenas ao arqueólogo, que se reserva o direito de se pronunciar sobre o que será ou não preservado, reproduzindo-se as relações de poder existentes na sociedade e reservando-se ao público o “papel de espectador”.<sup>38</sup> Além disso, não há, nas publicações, referência sobre a história dos povos que habitaram os sítios que se pretende proteger.

Coloca-se, portanto, a necessidade de que haja uma participação mais efetiva de arqueólogos em projetos que envolvam a divulgação de conceitos e práticas arqueológicas, para que a arqueologia não seja reduzida à coleta e estudo de objetos antigos, o que, invariavelmente, contribui para a mercantilização desses objetos. A falta de antropólogos em tais projetos também se faz sentir quando se trata de populações indígenas. Na publicação da “história de vida” de Nilza Atikum, da aldeia Kanaí, escrita após dois anos de participação no programa de educação patrimonial na área do projeto Serra do Sossego, percebe-se a adoção de termos introduzidos pelos educadores patrimoniais – como “grafismo”, por exemplo – naquilo que seria um relato da memória de vida, a partir de um ponto de vista nativo, de um membro do povo atikum.<sup>39</sup>

Muitos programas de educação patrimonial começam também a propor a produção de cerâmica inspirada na cerâmica arqueológica – em suas técnicas, formas e decorações – propondo uma ligação com o passado através da revivescência dessas práticas antigas. É, pois, urgente e necessária uma reflexão sobre a maneira que se pretende estabelecer



*No Marajó, é comum o uso de urnas funerárias milenares para guardar água*  
Foto: Nigel Smith

*Uma funerária marajoara oferecida por comerciantes ao Museu de Houston*  
Fotógrafo desconhecido

a relação entre presente e passado, para que arqueólogos e educadores não forcem uma continuidade fictícia com o passado, dando seu aval técnico para a “invenção de tradições culturais”,<sup>40</sup> sem a necessária consciência histórica que essas práticas poderiam ensejar.

Finalmente, a educação patrimonial em projetos de arqueologia de contrato sofre de uma contradição básica que passa despercebida pelos educadores: o empreendedor paga o programa de educação patrimonial ao mesmo tempo em que destrói o sítio arqueológico. Caso o educador não assuma uma postura crítica – afinal, a quem serve a arqueologia que se faz aqui?<sup>41</sup> – corre o risco de estar produzindo cartilhas e relatórios para inglês ver.

Além dos programas vinculados à arqueologia de contrato, a educação patrimonial, prevista nos parâmetros curriculares nacionais (PCN- 1997 e 1998) para o ensino de história, começa a entrar nos currículos escolares de alguns municípios como conteúdo transversal, além de ser estimulada e trabalhada por profissionais ligados ao Iphan, institutos de pesquisa ou museus em alguns Estados. Em Manaus, o Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais – NPCHS, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, começou, a partir de 2003, um trabalho de resgate cultural em 20 aldeias da população indígena mura no município de Autazes, no Amazonas, abarcando a educação patrimonial. Pelo menos uma das aldeias se encontra sobre um sítio arqueológico. A vivência prática de arqueologia aconteceu quando tratores destruíram três urnas

funerárias da tradição Guarita para a abertura da rodovia estadual AM-010 (ligando Manaus/Careiro a Autazes); outras sete urnas foram salvas e devem ficar em um museu construído em uma das aldeias.<sup>42</sup>

## B U S C A N D O   S O L U Ç Õ E S

### COMPARTILHANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: A ARQUEOLOGIA PÚBLICA

*A quem, no final das contas, pertence o passado? De fato, existe um (no singular) passado, ou estamos frente a frente a múltiplos passados que competem pela atenção de diferentes comunidades?*<sup>43</sup>

Ainda pouco presente no Brasil, o envolvimento real da sociedade na concepção, gestão, estabelecimento de prioridades e execução de projetos de pesquisa arqueológica apenas ensaia seus primeiros passos na Amazônia. Entretanto, já conta com duas experiências relevantes, que ilustram bem os desafios que essa prática social da arqueologia acarreta: a primeira realizada na Reserva Indígena Uaçá, no Amapá,<sup>44</sup> e a segunda na vila de Joanes, ilha de Marajó.<sup>45</sup> Em ambos os trabalhos, a pesquisa foi antecedida por reuniões com as comunidades, e só foi realizada porque elas concordaram e entenderam ser também de seu interesse o desenvolvimento dos projetos.

A pesquisa realizada pelo arqueólogo Eduardo Neves e os antropólogos Lesley e David Green na Reserva Uaçá tinha como objetivo investigar aqueles sítios arqueológicos relacionados a eventos importantes na história dos Palikur, buscando para isso o levantamento de histórias orais e o envolvimento da

comunidade. Os pesquisadores entenderam que a comunidade só iria preservar os sítios se realmente os valorizassem e por isso era necessário integrar as pessoas totalmente no trabalho, na tomada de decisões e nas atividades de pesquisa, aliando também a pesquisa arqueológica à maneira indígena de produzir história.<sup>46</sup> Entretanto, enquanto realizavam a escavação no sítio escolhido, descobriu-se que as perguntas de pesquisa consideradas importantes pelo arqueólogo – relacionadas com a cultura material e os tipos cerâmicos – não encontravam eco nas demandas dos palikur, que tinham uma preocupação mais histórica relacionada ao modo de vida em sua relação com o entorno, e menos com os artefatos. Como resultado, as questões que guiavam a pesquisa e a metodologia foram revistas, chegando-se a uma nova fórmula que foi satisfatória para todas as partes envolvidas.

O segundo exemplo é o da pesquisa ainda em curso na vila de Joanes, patrocinada pelo Iphan, e envolvendo pesquisa e preservação realizadas por uma equipe multidisciplinar (arqueólogos, arquitetos, historiadores, educador, e estudantes de antropologia). O projeto tinha como objetivo realizar uma ação emergencial no sítio, que estava sofrendo vandalismo, com a pichação das paredes da igreja de pedra – uma missão franciscana erigida no século XVII. O local foi um importante entreposto comercial e militar durante quase dois séculos, sendo de extrema importância para o entendimento das relações entre portugueses, missionários e os diversos grupos indígenas que habitaram a ilha de Marajó. O trabalho foi pautado pela realização de reuniões periódicas (em alguns momentos

diárias) com os moradores, havendo uma gestão compartilhada do projeto. Havia um entendimento por parte da 2ª Superintendência Regional do Iphan e dos arqueólogos que a ação somente seria bem-sucedida caso fosse de interesse da vila a recuperação física do sítio, seu estudo e preservação, pois os próprios moradores teriam de zelar pelo patrimônio. Havendo essa concordância, uma questão extremamente importante para os moradores foi a guarda do material arqueológico escavado, que exigiram que ficasse na vila. Para isso encontraram local adequado e responsabilizaram-se por sua segurança. A limpeza, triagem, classificação e análise do material arqueológico foi realizada na escola local e no salão paroquial, o que possibilitou a participação de membros da comunidade e a facilidade de acesso de estudantes e moradores, a qualquer momento, ao local de trabalho. Quanto às prioridades de pesquisa, tanto os pesquisadores como a comunidade concordavam em que seria produzido um texto sobre a história da vila através do período colonial, mas os moradores exigiam dos pesquisadores uma velocidade de trabalho e uma precisão que é estranha ao mundo acadêmico. Ou seja, queriam datas e porquês sem levar em conta a morosidade da pesquisa em documentos primários e seu cotejamento com as informações arqueológicas. Um dos argumentos que usavam é de que se sentiam constrangidos por não saberem responder às perguntas dos turistas que visitam o local freqüentemente. Talvez por isso, quando não encontravam respostas para suas perguntas, os próprios moradores “inventavam” a história, chegando a produzir um texto próprio, uma

vez que os pesquisadores demoraram a entregar seu texto.

A partir dos resultados dos trabalhos citados acima percebe-se que:

1. surge, pelo menos em algumas pessoas da comunidade, um sentimento de apreço pela história do lugar e aqueles objetos materiais e paisagens que a materializam, sentimento esse que é condição primordial para uma atitude preservacionista; e

2. o pesquisador é obrigado a repensar sua própria prática, rever seus conceitos e passar a praticar ciência de forma mais sintonizada com as expectativas da sociedade.

O trabalho de Michael Heckenbeger com os *kuikuro*, no alto Xingu, poderia também se enquadrar nesse tipo de prática, uma vez que os *kuikuro* participaram ativamente das pesquisas, indicando locais para prospecção, escavando, interpretando os vestígios e, através de seus depoimentos, proporcionando a base etnoarqueológica da pesquisa. O artigo com os resultados da pesquisa, publicado na revista *Science*,<sup>47</sup> foi, inclusive, assinado por dois chefes indígenas, juntamente com os demais pesquisadores.

## M E D I D A S   P A R A P R O T E Ç Ã O   E P R E S E R V A Ç Ã O   D O P A T R I M Ô N I O A R Q U E O L Ó G I C O   D A A M A Z Ô N I A

Existem ainda outros problemas e dificuldades enfrentados quando se trata da gestão do patrimônio arqueológico da Amazônia, que ainda não foram

mencionados. Em primeiro lugar, há uma carência muito grande de arqueólogos, que historicamente têm se concentrado nos Estados do Sul e do Sudeste. Não existem cursos superiores de arqueologia nos Estados amazônicos, mas têm crescido o número de arqueólogos atuando na área, tanto em projetos de arqueologia de contrato como na pesquisa acadêmica. Além disso, o interesse popular tem crescido também, ao mesmo tempo em que conteúdos de arqueologia passam a ser mais disseminados através de livros didáticos e pela mídia. Em diversas cidades e comunidades amazônicas têm sido criados pequenos museus, impulsionados por professores e leigos, criando a base para futuros núcleos de estudos, preservação e difusão de questões ligadas ao patrimônio. É preciso, no entanto, dar suporte a essas iniciativas e qualificar as pessoas envolvidas.

Um dos grandes problemas tem sido a falta de recursos financeiros por parte do Iphan para dar conta de toda a demanda, que vem principalmente através de denúncias de exploração indevida de sítios arqueológicos. Esse problema poderia ser em parte contornado por um maior envolvimento de prefeituras e governos estaduais, assim como por parte de organizações não-governamentais, com as questões do patrimônio.

Seja como for, a solução do problema passa pela implementação de programas de educação patrimonial, de forma que as comunidades se sintam responsáveis e zelem pelos bens culturais comuns, juntamente com a necessária fiscalização e punição de infratores o que, em última instância, significa o cumprimento da legislação já

existente. Mesmo assim, as particularidades da área e os problemas específicos identificados neste artigo nos levam a sugerir uma série de medidas e maneiras de caminhar para um futuro em que o patrimônio arqueológico será efetivamente respeitado e apropriado de maneira construtiva pelas populações amazônicas.

Em vista disso, propõe-se a criação de comissões estaduais formadas por representantes do executivo, legislativo, Iphan e órgãos estaduais e municipais de gerenciamento do patrimônio, arqueólogos, universidades e institutos de pesquisa, assim como organizações não-governamentais, com o objetivo de planejar e executar programas voltados para a preservação e proteção do patrimônio arqueológico. Após uma avaliação da situação em cada Estado, estabelecidas as prioridades e contemplados todos os tipos de problemas e regiões, algumas das medidas a fazerem parte desse programa poderiam ser as que a seguir se destacam.<sup>48</sup>

1. A realização de uma campanha ampla sobre arqueologia e preservação nos meios de comunicação. Como diz Jerald Milanich (1991), precisamos aproveitar o interesse público que já existe sobre arqueologia – se notícias arqueológicas vendem jornais e revistas, a arqueologia pode vender arqueologia.

2. A produção e distribuição de cartazes e folhetos por região, focalizando os principais problemas detectados, informando a população sobre a legislação existente e conclamando-a a denunciar (através de telefonemas gratuitos e sem a necessidade de identificação) as intervenções ilícitas em sítios e o tráfico de objetos arqueológicos.

3. Realização de cursos de treinamento para agentes policiais sobre como identificar sítios e objetos arqueológicos em suas regiões e as medidas a serem tomadas.

4. A produção de material didático a ser distribuído na rede escolar, como cartilhas e kits de objetos arqueológicos a serem trabalhados pelos professores. Esse material poderia ser produzido através de convênio entre Iphan, CNPq e Ministério da Educação.

5. A formação de agentes patrimoniais voluntários nos municípios, vilas, aldeias e bairros, com a função de zelar pelo patrimônio e contatar as autoridades caso seja necessária a presença de força policial. Esses agentes patrimoniais poderiam realizar o monitoramento freqüente de sítios arqueológicos.

6. Buscar o comprometimento de prefeituras e câmaras de vereadores com a proteção do patrimônio, através do estabelecimento de legislação própria e mecanismos locais para a identificação e preservação do patrimônio arqueológico. Especial atenção deveria ser dada a obras de pequeno porte realizadas por prefeituras e particulares que não requerem autorização prévia do Iphan, mas que, em regiões de alta densidade de sítios arqueológicos, acabam por comprometer seriamente o patrimônio.

7. Punições exemplares e rigorosas, identificando infratores sabidamente conhecidos e fazendo cumprir as leis. Uma das razões que levam à repetição e perpetuação das depredações e tráfico de bens arqueológicos é justamente a falta de punição dos responsáveis que, ao contrário, servem de exemplo porque enriquecem com a venda dos objetos arqueológicos. Algumas

poucas punições com ampla divulgação levariam com certeza à diminuição considerável das atividades ilegais.

8. Campanha de divulgação sobre os crimes contra o patrimônio no exterior e nos aeroportos, treinando agentes para o reconhecimento dos objetos arqueológicos e informando a população de outros países sobre a legislação brasileira. A realização de acordos internacionais poderia coibir a venda de material arqueológico para o exterior e possibilitar a repatriação de material roubado.

9. Maior rigor do Iphan quanto à aquisição de coleções arqueológicas por museus brasileiros, exigindo dos museus o registro imediato de suas coleções no Iphan e a explicação para a procedência dos objetos. Infelizmente, alguns museus compram material arqueológico de particulares, estimulando o comércio ilegal de peças e as escavações de sítios arqueológicos para esse fim, e depois registram as coleções como “doações”.

10. Maior rapidez na apuração das denúncias por parte do Iphan, com a criação de parcerias com universidades, institutos de pesquisa, prefeituras e secretarias estaduais de educação e cultura, envolvendo também a população leiga como voluntária nas ações

de verificação de denúncias e soluções para os problemas encontrados. Hoje em dia, o tempo decorrido entre a denúncia e a verificação do ocorrido por parte do Iphan pode demorar até um ano devido à falta de verbas e pessoal, o que desestimula os denunciantes e reforça a impunidade.

11. Regulamentação de atividades turísticas em sítios arqueológicos, estabelecendo regras e procedimentos para a visitação a sítios arqueológicos.

12. Treinamento de guias turísticos através de parceria entre Iphan, empresas de turismo, universidades e institutos de pesquisa, veiculando informações sobre a arqueologia e a legislação de proteção ao patrimônio.

13. Realização de programa de identificação e registro de sítios arqueológicos em toda a região amazônica, o que pode ser feito em parceria com várias instituições e setores sociais. É muito difícil proteger o patrimônio quando não se possui uma exata dimensão de sua extensão e diversidade e especialmente de sua localização.

14. Maior agilidade por parte do Iphan no registro de sítios, para que o cadastro nacional se mantenha sempre atualizado, emitindo ofícios aos proprietários de terras onde se localizam os sítios informando-os



*Em Joanes tenta-se obter o apoio da comunidade para a preservação*  
Foto: João Ramid

*Cerâmica arqueológica retirada ilegalmente, na Fazenda Maravilha, Ilha de Marajó*  
Foto: Denise Schaan

sobre seus direitos e deveres com relação ao patrimônio arqueológico.

15. Apoio técnico a museus comunitários e municipais, incorporando-os em projetos de identificação e preservação, fornecendo treinamento e estimulando a formação de núcleos de educação patrimonial e preservação da memória.

16. Cobrança por parte do Iphan das responsabilidades dos órgãos executivos e legislativos quanto à proteção e preservação do patrimônio arqueológico, pressionando prefeituras e empresas estatais a compensarem os prejuízos já causados ao patrimônio com ações como a criação e aparelhamento de museus locais, inclusão de educação patrimonial como conteúdo transversal nos currículos escolares, realização de seminários, palestras, vídeos educativos e formação de pessoal através de cursos de capacitação em gestão do patrimônio cultural.

17. Ampla divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas à comunidade em geral e a disponibilização de relatórios de pesquisa para consulta. Apesar de o Iphan exigir que o arqueólogo inclua a divulgação como um dos produtos da pesquisa para a obtenção de autorização, não há uma exigência do cumprimento dessa norma, como acontece em outros países.<sup>49</sup> A pesquisa arqueológica provoca a destruição irremediável do objeto de estudo, logo a sonegação das informações produzidas deveria também ser condenada.

18. Musealização de alguns sítios arqueológicos na Amazônia, preparando-os para a visitação pública, com sinalização informativa e interpretativa.

19. Incentivo à realização de projetos de arqueologia pública e educação patrimonial por meio de parceria entre Iphan e CNPq.

20. Estabelecimento de uma política clara, por parte do Iphan, sobre a guarda de objetos arqueológicos por particulares, viabilizando o devido registro dessas coleções.

21. Monitoramento dos sítios arqueológicos por satélite, através de convênios com agências que já realizam monitoramento de desmatamento, por exemplo.

22. Criação da Semana da Arqueologia, em nível nacional, assim como existe hoje a Semana Nacional dos Museus, com a realização, em todo o País de palestras, cursos, exposições, exibição de filmes, atividades educativas, concursos, distribuição de prêmios, realização de gincanas, enfim, toda uma programação voltada à arqueologia e ao patrimônio arqueológico.

## C O N C L U S Ã O

Neste artigo procuramos caracterizar o patrimônio arqueológico amazônico e discutir sua situação atual através de uma série de exemplos, indicando também os atuais fatores de risco. As dificuldades de deslocamento a áreas remotas, a falta de recursos humanos capacitados a lidar com questões patrimoniais, a falta de verbas, as dificuldades de comunicação são problemas que podem ser superados por parcerias entre os diversos órgãos governamentais e não-governamentais e pelo envolvimento da sociedade civil através de programas de voluntariado e monitoria. Nas medidas sugeridas, a punição exemplar

e a educação patrimonial aparecem como os focos para um gerenciamento bem-sucedido dos bens culturais. Há que ter o cuidado, entretanto, de se fazer uma ampla discussão sobre os objetivos e metodologias utilizados nos programas educativos, de forma a se obterem os resultados desejados.

O patrimônio arqueológico da Amazônia é um testemunho material de um conhecimento sofisticado sobre o ambiente tropical e a melhor maneira de tirar dele o sustento para milhões de pessoas, sem destruí-lo. Destruir o patrimônio arqueológico da Amazônia equivale a praticar pela segunda vez o genocídio que teve início em 1942, com a chegada de Cristóvão Colombo à América. Significa privar as gerações presentes e futuras do conhecimento sobre o uso sustentável dos recursos naturais, e negar às populações tradicionais da Amazônia o direito a uma vida mais digna pela possibilidade de usufruir dos benefícios que o turismo e o comércio de produtos que ilustram os saberes e fazeres dos povos amazônicos podem-lhes trazer. Mas acima de tudo, ignorar a necessidade de proteger e preservar o patrimônio arqueológico da Amazônia significa perpetuar para sempre no imaginário popular que as grandes sociedades foram as dos gregos, dos egípcios, dos incas e dos maias, de tudo o que está distante. Como se enxergássemos no outro a face de nossa própria inferioridade e fragilidade, sem a consciência da legitimidade e grandeza da própria história. Essa história cuja construção pode proporcionar aos brasileiros da Amazônia o sentido de identidade e dignidade necessários ao exercício pleno de sua cidadania.

## NOTAS

- 1 Charles Hartt. "The ancient indian pottery of Marajo, Brazil", 1871.
- 2 Osvaldo R. Cunha. *Talento e atitude. Estudos biográficos do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 1989.
- 3 Ver, por exemplo, o caso do Arizona, em Peter Pilles Jr. "Depredação de sítios arqueológicos: a resposta do Arizona", 1993.
- 4 John Carman. "Intepretation, writing and presenting the past", 1997.
- 5 Robert C. Dannel. "The notion site", 1992.
- 6 Anna C. Roosevelt *et al.* "Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of America", 1996.
- 7 Edithe Pereira. "Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e oportunidades", 2005.
- 8 Edithe Pereira. *Arte rupestre na Amazônia – Pará*, 2003.
- 9 Maria Dulce Gaspar e Maura Imázio da Silveira. "Os pescadores-coletores-caçadores do litoral norte brasileiro", 1999. Anna C. Roosevelt *et al.* "Eighth millenium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon", 1991.
- 10 Michael J. Heckenberger *et al.* "Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil", 1999. Eduardo Neves *et al.* "The timing of terra preta formation in the central Amazon: archaeological data from three sites", 2004.
- 11 Eurico T. Miller. *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte: resultados preliminares* 1992.
- 12 Eduardo Neves *et al.* "Historical and sociocultural origins of Amazonian dark earths", 2003.
- 13 Araújo, Astolfo Gomes de Mello Araújo. "Destruído pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum", 2001-2002.
- 14 Alceu Ranzi & Rodrigo Aguiar. *Geoglifos da Amazônia – perspectiva aérea*, 2004.
- 15 Michael Joseph Heckenberger. *The ecology of power: Culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000*, 2005.
- 16 Denise P. Schaan. "The Camutins chiefdom: rise and development of complex societies on Marajó island, Brazilian amazon", 2004.
- 17 Betty J. Meggers e Clifford Evans. "Archeological investigations at the mouth of the Amazon", 1957.
- 18 Sobre questões que envolvem a preservação do patrimônio histórico ver "Patrimônio Histórico e Cultural", P. P. Funari e S.C. Pelegrini, 2006.
- 19 Ver Gilson Rambelli. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002.
- 20 Idem.
- 21 James Clifford. *The predicament of culture: twentieth-*

*century ethnography, literature, and art*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1988.

22 "Pará vende relíquias a turistas e coleções", por Cláudio Ângelo, *Folha de S. Paulo*, 17-10-2005.

Disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u13868.shtml>. Acessado em 14/07/2006.

23 Denise P. Schaan & Wagner Fernando da Veiga Silva.

"BR-230 Transamazônica: trecho Altamira – Medicilândia, BR-422: Novo Repartimento-Tucuruí". Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

24 Linhas de transmissão de energia elétrica já construídas por toda a Amazônia pela empresa estatal Eletronorte foram responsáveis pela destruição de um grande número de sítios arqueológicos, existindo um grande passivo de patrimônio destruído para o qual ainda não houve ainda compensação. Estima-se que a Eletronorte tenha pelo menos 60 linhas de transmissão em situação irregular. Se considerarmos a ocorrência de 10 sítios arqueológicos em cada linha, seria um total de 600 sítios arqueológicos pelo menos parcialmente destruídos sem que houvesse compensação por parte da empresa.

25 Geoglifos são gigantescas estruturas de terra na forma de anéis e outras figuras geométricas que, em sua magnitude, são comparáveis às famosas linhas de Nazca, no Peru (V. Ranzi e Aguiar, 2004. Op. cit.).

26 Em 2004, com verba da Câmara Federal, um vereador teve a infeliz idéia de construir uma praça, com calçadas e banheiros sobre a área de maior riqueza material do sítio. Segundo relatos de moradores, ao descobrirem moedas dos séculos XVIII e XIX, balas de artilharia, prataria, louça, faiança e cerâmica indígena, as pessoas envolvidas na obra não hesitaram em levar o que puderam para casa; algumas das moedas teriam sido vendidas, por cinquentas reais, a turistas que passavam.

27 Edith Pereira, 2005. Op. cit.

28 Comunicação pessoal de Noé von Atzingen, 2006.

29 Conforme dados em

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2133>, acessado em 13/07/2006.

30 Informações sobre o projeto obtidas em

[http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=5777&MES=/4/2005&max\\_por=10&max\\_ing=5](http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=5777&MES=/4/2005&max_por=10&max_ing=5), acessado em 15-07-2006.

31 De acordo com o informante Gonçalves dos Santos, cujos avós fundaram a comunidade de Boa Vista no município de Oriximiná.

32 "Obra revela urnas milenares em Manaus", por Kátia Brasil, *Folha de S. Paulo*. Folha Online Ciência, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u9765.shtml>, acessado em 30 de abril de 2006.

33 "Justiça embarga obra de usina no rio Culuene", 23-02-2005, notícia publicada em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1927>, acessada em 14-07-2006.

34 Fabioli Andréa Silva. "Mito e arqueologia.

A interpretação dos asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu, Pará".

*Horizontes Antropológicos* 17, 2002. p. 182.

35 Elaine Farias Veloso Hirata. "Arqueologia e Educação, Aprendendo com as Coisas".

36 Referimos-nos aqui especificamente ao conteúdo das publicações realizadas pelos projetos "Educação patrimonial na área do projeto Serra do Sossego, em Canaã dos Carajás, PA" (em Cruz *et al.*, s/d; Leal, 2005; Lima, 2003, 2005c) e "Projeto de educação para o patrimônio arqueológico em comunidades ribeirinhas de Abaetetuba e Moju" (em Lima, 2005a; 2005b).

37 Ver Márcia Bezerra de Almeida. "Muito prazer, eu sou arqueólogo(a): a importância da apresentação da arqueologia para o público".

Trabalho apresentado no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. 2005.

38 Ver Jorge Najjar. "De arqueólogo e de educador todo mundo tem um pouco (embora educadores e arqueólogos sejam poucos): algumas reflexões sobre a relação entre educação e arqueologia", 2005; & Olga Brites da Silva. "Memória, preservação e tradições populares", 1992.

39 Nilza Firmina de Lucena Atikum.

*Povo indígena da aldeia Kanai*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

40 Eric Hobsbawm. "Introduction: Inventing tradition", 1983.

41 Pedro Paulo Funari. "Public archaeology from a Latin American perspective", 2001.

42 Conforme matéria "Inpa trabalha resgate cultural e educação patrimonial em aldeias", de 29/12/2005, em <http://www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idclipping=13723&idmenu=62>, acessada em 27-05-2006.

43 John Carman. "Interpretation, writing and presenting the past", 1997, p. 96.

44 Lesley Green, David Green & Eduardo Góes Neves. "Indigenous knowledge and archeological science", 2003.

45 Fernando Marques *et al.* "A percepção do bem arqueológico e sua preservação: a experiência de intervenção acadêmica e gestão comunitária no sítio de Joanes". 2006.

46 Lesley Green, David Green & Eduardo Góes Neves. Op. cit. p. 373.

- 47 Michael J. Heckenberger et al. "Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland?", 2003.
- 48 Algumas dessas sugestões foram inspiradas por medidas tomadas no Estado do Arizona, Estados Unidos, descritas por Peter Pilles Jr. no artigo "Depredação de sítios arqueológicos: a resposta do Arizona", 1993.
- 49 Pedro Paulo Funari, Public archeology in Brazil. 2004.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. "Destruído pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum". *Revista de Arqueologia*, 14-15:7-28, São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2001-2002.
- ATIKUM, Nilza Firmina de Lucena. *Povo indígena da aldeia Kanaf*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.
- BEZERRA DE ALMEIDA, Márcia. "Muito prazer, eu sou arqueólogo(a): a importância da apresentação da arqueologia para o público". Trabalho apresentado no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Campo Grande, 5-8 set/2005.
- CARMAN, John. "Interpretation, writing and presenting the past". In: HODDER, Ian; SHANKS, Michael; ALEXANDRI, Alexandra; BUCHLI, Victor; CARMAN, John; LAST, Jonathan; LUCAS, Gavin (ed.). *Interpreting archaeology. Finding meaning in the past*. Londres-Nova Iorque: Routledge, 1997.
- CLIFFORD, James. *The predicament of culture: twentieth-century ethnography, literature, and art*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1988.
- CRUZ, Deusarina; LIMA, Janice; SOEIRO, Milton; OLIVEIRA, Simone. *Uma visita ao sítio arqueológico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, s/d.
- CUNHA, Osvaldo R. *Talento e atitude. Estudos biográficos do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- DUNNELL, Robert C. "The notion site". In: ROSSIGNOL, Jacqueline; WANDSNIDER, Luann (ed.). *Space, time, and archaeological landscapes*. Nova Iorque: Plenum Press, 1992.
- FUNARI, Pedro Paulo. "Public archaeology from a Latin American perspective". *Public Archaeology* 1:239-243, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo. Public archaeology in Brazil.
- MERRIMAN, Nick (ed.). *Public Archaeology*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2004. p. 202-210.
- FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural. Ciências sociais Passo-a-Passo 66*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GASPAR, Maria Dulce & IMÁZIO DA SILVEIRA, Maura. "Os pescadores-coletores-caçadores do litoral norte brasileiro". TENÓRIO, Maria Cristina (ed.). *Pré-história da terra brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- GREEN, Lesley; GREEN, David; NEVES, Eduardo Góes. "Indigenous knowledge and archeological science". *Journal of Social Archaeology* 3:365-97, 2003.
- HARTT, Charles Frederick. The ancient indian pottery of Marajo, Brazil. *American Naturalist* 5:259-271, 1871.
- HECKENBERGER, Michael Joseph. *The ecology of power: Culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000*. Londres-Nova Iorque: Routledge, 2005.
- HECKENBERGER, Michael J.; KUIKURO, Afukaka; KUIKURO, Urissapá Tabata; RUSSEL, J. Christian; SCHMIDT, Morgan; FAUSTO, Carlos; FRANCHETTO, Bruna. "Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland?" *Science* 301: 1710-1713, 2003.
- HECKENBERGER, Michael J.; PETERSEN, James B.; NEVES, Eduardo G. "Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil". *Latin American Antiquity* 10:353-376, 1999.
- HIRATA, Elaine Farias Veloso. "Arqueologia e educação: Aprendendo com as coisas". Trabalho apresentado no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Campo Grande, 5-8 set/2005.
- HOBSBAWM, Eric. "Introduction: Inventing tradition". HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 1-14.
- LEAL, Vânia. *Grafismo da cerâmica arqueológica de Canaã dos Carajás: proposta de uso em produtos contemporâneos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.
- LEHMANN, J. (ed.). *Amazonian dark earths: origins, properties, management*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003.
- LIMA, Janice. *Educação patrimonial na área do projeto Serra do Sossego, Canaã dos Carajás (PA)*. Belém: MPEG/CVRD-MSS/FIDESA, 2003.
- LIMA, Janice. *Caderno de educação para o patrimônio arqueológico 1. Mídias pedagógicas para o projeto de educação patrimonial da área do projeto Bauxita de Paragominas, PA*. Belém: MPEG/CVRD/FIDESA, 2005a.
- LIMA, Janice. *Relações interculturais: apresentação do projeto de educação para o patrimônio arqueológico em comunidades ribeirinhas dos municípios de Abetetubas e Moju*. Belém: MPEG/CVRD/Fidesa, 2005b.
- LIMA, Janice. "Educação Patrimonial na área do projeto Serra do Sossego, Canaã dos Carajás (PA)". Trabalho apresentado no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Campo Grande,

5-8 set/2005c.

MARQUES, Fernando; SCHAAN, Denise; LIMA, André; GOMES, Ney; SILVA, Wagner F.; MEGGERS, Betty J. & EVANS, Clifford.

"Archaeological investigations at the mouth of the Amazon". *Bureau of American Ethnology Bulletin* 167. Washington, D.C., Smithsonian Institution: U.S. Govt. Print. Off., 1957.

MILANICH, Jerald T. "Archaeology in the sunshine: grass roots education through the media and public involvement". SMITH, George S.; EHRENHARD, John E. (eds.). *Protecting the past*. Editado por Florida: Boca Raton, 1991.

MILLER, Eurico T. *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte: resultados preliminares*. Brasília: Eletronorte, 1992.

NAJJAR, Jorge. "De arqueólogo e de educador todo mundo tem um pouco (embora educadores e arqueólogos sejam poucos): algumas reflexões sobre a relação entre educação e arqueologia". Trabalho apresentado no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Campo Grande, 5-8 set/2005. NASCIMENTO, Hannah; DIAS, Samara. "A percepção do bem arqueológico e sua preservação: a experiência de intervenção acadêmica e gestão comunitária no sítio de Joanes". Trabalho apresentado no GT Educação patrimonial, perspectivas e dilemas, na 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 11 a 14 de junho, Goiânia, 2006.

NEVES, Eduardo; PETERSEN, James B.; BARTONE, Robert N.; HECKENBERGER, Michael J. "The timing of terra preta formation in the central Amazon: archaeological data from three sites". In: GLASER, Bruno & WOODS, William (ed.). *Amazonian dark earths: Explorations in space and time*. Germany: Springer-Verlag, 2004.

NEVES, Eduardo; PETERSEN, James B.; BARTONE, Robert N.; SILVA, Carlos Augusto. "Historical and sociocultural origins of Amazonian dark earths". In: PEREIRA, Edithe. *Arte rupestre na Amazônia - Pará*. São Paulo: Unesp, 2003.

PEREIRA, Edithe. "Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e oportunidades". Palestra proferida no Fórum de Debates: Arqueologia e Turismo na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

PILLES, Peter. "A depredação de sítios arqueológicos: a resposta do Arizona". *Métodos arqueológicos e gerenciamento de bens culturais, Caderno de Debates*, 2:35-53. Rio de Janeiro: Iphan, 1994.

RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002.

RANZI, Alceu & AGUIAR, Rodrigo. *Geoglifos da*

*Amazônia - perspectiva aérea*. Florianópolis: Faculdades Energia, 2004.

ROOSEVELT, Anna C.; LIMA DA COSTA, Marcondes; MACHADO, Christiane L.; MICHAB, M.; MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FEATHERS, J.; Barnett, W.; IMÁZIO DA SILVEIRA, M.; HENDERSON, A.; SILVA, J.; CHERNOFF, B.; REESE, D. S.; HOLMAN, J. A.; TOTH, N.; SCHNICK, K. "Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of America". *Science* 272:372-384, 1996.

ROOSEVELT, Anna; HOUSLEY, R. A.; IMÁZIO DA SILVEIRA, Maura.; MARANCA, Sílvia; JOHNSON, R. "Eighth millenium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon". *Science* 254:1557-1696, 1991.

SCHAAN, Denise P. & SILVA, Wagner Fernando da Veiga. "BR-230 Transamazônica: trecho Altamira - Medicilândia, BR-422: Novo Repartimento-Tucuruí". *Relatório de Viagem*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

SCHAAN, Denise P. "The Camutins chiefdom: rise and development of complex societies on Marajó island, Brazilian amazon". Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Pittsburgh. Pittsburgh, EUA, 2004.

SILVA, Fabíola Andrea. "Mito e arqueologia. A interpretação dos asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu, Pará". *Horizontes Antropológicos* 17:175-187. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SILVA, Olga Brites da. "Memória, preservação e tradições populares". *O direito à memória*. São Paulo: DPH/SMC, 1992. p. 17-20.

*Cerâmica arqueológica à venda para turistas em Santarém*

Foto: Denise Schaan

